



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO E A EMPRESA _____.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO, inscrita no CNPJ sob o nº 28.880.739/0001-17, com sede na Avenida Nossa Senhora da Assunção, nº 760, Centro, Cabo Frio/RJ, neste ato representada por seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação de veículos automotores de passeio, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, transmissão automática, manutenção preventiva e corretiva, seguro total, rastreamento veicular por GPS, substituição de veículos e demais encargos necessários à adequada execução dos serviços.

1.2. Os serviços serão prestados conforme demanda da CONTRATANTE.

1.3. Integram o objeto:

- a) disponibilização dos veículos;
- b) manutenção preventiva e corretiva;
- c) substituição de veículos quando necessário;
- d) seguro total;
- e) rastreamento veicular por GPS;

1.4. É vedada a execução parcial do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente contrato decorre do Pregão Eletrônico nº ____/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021.

2.2. Integram este contrato:

- a) o edital;
- b) o Termo de Referência;





- c) a proposta da contratada;
- d) a Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. A vigência contratual será de ____ (____) meses, contados da assinatura.
- 3.2. Poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

- 4.1. O valor mensal por veículo é de R\$ _____.
- 4.2. O valor total estimado do contrato é de R\$ _____.
- 4.3. Estão incluídos todos os custos diretos e indiretos.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução do objeto compreenderá a prestação contínua de serviços de locação de veículos automotores de passeio, mediante disponibilização sob demanda, observadas as condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

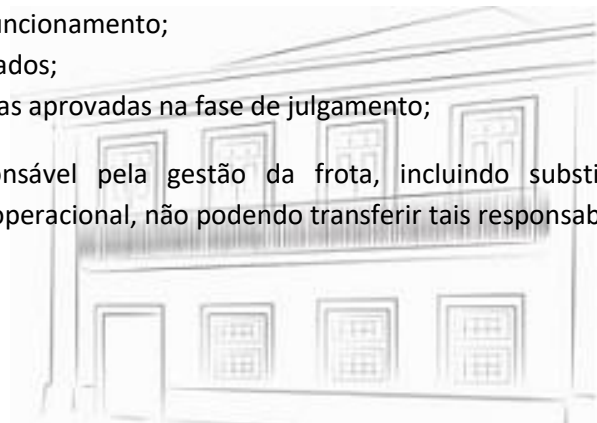
5.2. A CONTRATADA deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, a plena disponibilidade e operacionalidade dos veículos, garantindo:

- I – disponibilidade mínima de 95% (noventa e cinco por cento) da frota contratada;
- II – substituição de veículos indisponíveis, por motivo de falha mecânica, sinistro ou qualquer outra causa, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação da CONTRATANTE;
- III – manutenção preventiva e corretiva integral, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- IV – cobertura de seguro total, incluindo danos materiais, corporais e contra terceiros;
- V – disponibilização de sistema de rastreamento veicular por GPS, com funcionamento contínuo e acesso às informações pela fiscalização, quando solicitado;

5.3. Os veículos deverão ser disponibilizados:

- I – em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento;
- II – devidamente licenciados, segurados e regularizados;
- III – em conformidade com as especificações técnicas aprovadas na fase de julgamento;

5.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pela gestão da frota, incluindo substituições, manutenção, regularização documental e suporte operacional, não podendo transferir tais responsabilidades à CONTRATANTE.





5.5. É vedada a substituição dos veículos por modelos diversos daqueles aprovados na fase de julgamento, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE e desde que mantidas ou superadas as especificações técnicas exigidas.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1. O objeto será considerado recebido quando:

- a) os veículos estiverem disponibilizados;
- b) estiverem em perfeito estado de uso;
- c) atenderem às especificações técnicas;
- d) estiverem regularizados e segurados;

6.2. O recebimento será:

- a) provisório: na disponibilização;
- b) definitivo: após validação pela fiscalização;

6.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal de prestação de serviços, acompanhada de relatório detalhado da execução.

7.2. O pagamento ficará condicionado:

- I – ao atesto do fiscal do contrato;
- II – à comprovação da efetiva disponibilização dos veículos;
- III – à inexistência de irregularidades na execução;

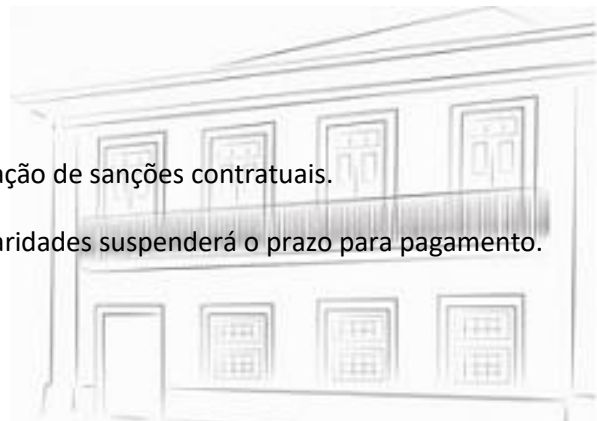
7.3. O pagamento será proporcional aos veículos efetivamente disponibilizados e em condições de uso.

7.4. A CONTRATANTE poderá promover glosa proporcional do valor devido nos seguintes casos:

- I – indisponibilidade total ou parcial dos veículos;
- II – descumprimento dos prazos de substituição;
- III – falhas na manutenção;
- IV – ausência de rastreamento ativo;

7.5. A reincidência de falhas poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais.

7.6. A ausência de atesto ou a existência de irregularidades suspenderá o prazo para pagamento.





CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1. A CONTRATADA garante a plena, contínua e adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela qualidade, disponibilidade e regularidade dos veículos disponibilizados, bem como pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

8.2. A garantia compreende, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE:

- I – a manutenção preventiva e corretiva integral dos veículos;
- II – a substituição imediata de veículos que apresentem falhas mecânicas, operacionais ou quaisquer condições que comprometam sua utilização;
- III – a reposição de veículos em caso de indisponibilidade, sinistro, pane ou manutenção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- IV – a garantia de funcionamento contínuo do sistema de rastreamento veicular por GPS;
- V – a regularização documental e operacional dos veículos durante toda a execução contratual;

8.3. Os veículos deverão permanecer, durante toda a execução:

- I – em perfeito estado de conservação, uso e segurança;
- II – devidamente licenciados, segurados e regularizados;
- III – compatíveis com as especificações técnicas aprovadas na fase de julgamento;

8.4. Qualquer falha na execução dos serviços será considerada como descumprimento da garantia contratual, obrigando a CONTRATADA à sua imediata correção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.5. A CONTRATADA deverá atender às solicitações de correção ou substituição de veículos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação da CONTRATANTE.

8.6. O descumprimento dos prazos e condições estabelecidos nesta cláusula poderá ensejar:

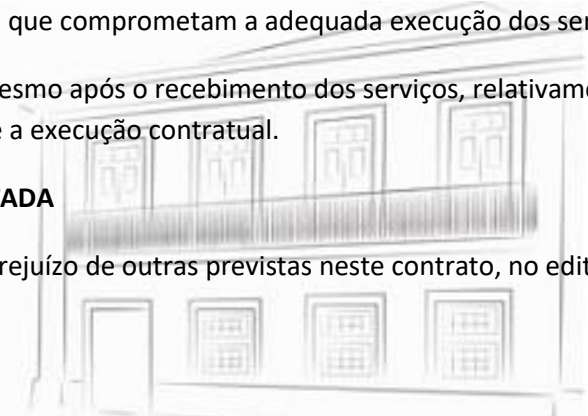
- I – aplicação de glosa proporcional no pagamento;
- II – aplicação de penalidades contratuais;
- III – caracterização de inexecução parcial ou total do contrato;

8.7. A garantia prevista nesta cláusula não se limita a defeitos aparentes, abrangendo também falhas ocultas, vícios de funcionamento e quaisquer irregularidades que comprometam a adequada execução dos serviços.

8.8. A responsabilidade da CONTRATADA subsiste mesmo após o recebimento dos serviços, relativamente a vícios, falhas ou irregularidades constatadas durante a execução contratual.

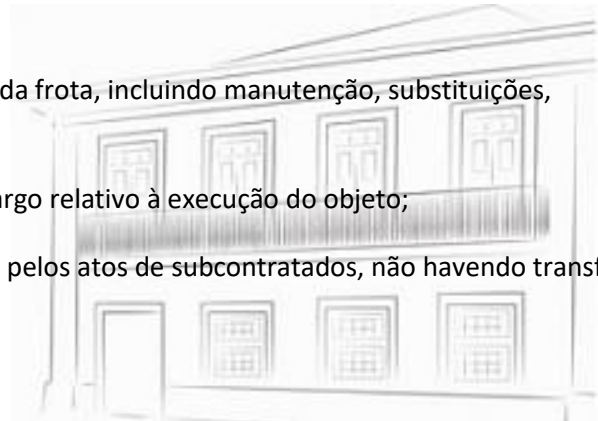
CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste contrato, no edital e no Termo de Referência:





- I – executar integralmente o objeto contratual, garantindo a prestação contínua dos serviços de locação de veículos;
- II – disponibilizar os veículos conforme solicitação da CONTRATANTE, observados os prazos e condições estabelecidos;
- III – assegurar a disponibilidade mínima de 95% (noventa e cinco por cento) da frota contratada;
- IV – manter os veículos em perfeito estado de conservação, limpeza, uso e segurança;
- V – garantir que os veículos estejam devidamente licenciados, segurados e regularizados durante toda a execução contratual;
- VI – assegurar que os veículos atendam integralmente às especificações técnicas aprovadas na fase de julgamento;
- VII – realizar, às suas expensas, toda a manutenção preventiva e corretiva necessária ao pleno funcionamento dos veículos;
- VIII – corrigir, de forma imediata, quaisquer falhas ou irregularidades constatadas;
- IX – substituir veículos indisponíveis, defeituosos ou que não atendam às condições contratuais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação da CONTRATANTE;
- X – garantir que o veículo substituto possua características iguais ou superiores às do originalmente contratado;
- XI – manter seguro total dos veículos, abrangendo danos materiais, pessoais e contra terceiros;
- XII – responsabilizar-se integralmente por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de falhas mecânicas, operacionais ou estruturais dos veículos;
- XIII – manter sistema de rastreamento veicular por GPS ativo, funcional e disponível durante toda a execução contratual;
- XIV – disponibilizar à fiscalização, quando solicitado, informações relacionadas à localização e utilização dos veículos;
- XV – assumir integral responsabilidade pela gestão da frota, incluindo manutenção, substituições, regularização documental e suporte técnico;
- XVI – não transferir à CONTRATANTE qualquer encargo relativo à execução do objeto;
- XVII – quando autorizada, responder integralmente pelos atos de subcontratados, não havendo transferência de responsabilidade à CONTRATANTE;





XVIII – manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XIX – cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021;

XX – atender prontamente às determinações da fiscalização;

XXI – responder integralmente pelos atos de seus empregados, prepostos e subcontratados;

XXII – arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

9.2. A inobservância de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções cabíveis.

9.2.1. A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento das condições contratuais como justificativa para o descumprimento de suas obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas neste contrato, no edital e no Termo de Referência:

I – designar formalmente servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual;

II – solicitar a disponibilização dos veículos conforme sua necessidade administrativa, observados os quantitativos mínimos e máximos estabelecidos;

III – atestar a execução dos serviços, após verificação da conformidade com as condições contratuais;

IV – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato;

V – comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços, para fins de correção;

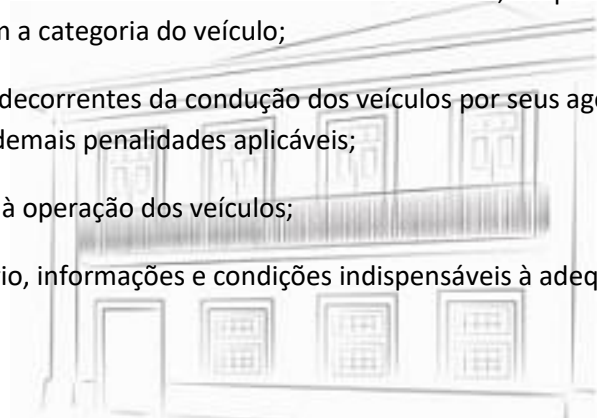
VI – zelar pela adequada utilização dos veículos disponibilizados, por meio de seus agentes autorizados;

VII – indicar, por meio de ato formal próprio, os servidores autorizados a conduzir os veículos, os quais deverão possuir habilitação válida e compatível com a categoria do veículo;

VIII – responsabilizar-se pelas infrações de trânsito decorrentes da condução dos veículos por seus agentes, bem como pelo pagamento de multas, encargos e demais penalidades aplicáveis;

IX – arcar com os custos de combustível necessário à operação dos veículos;

X – disponibilizar à CONTRATADA, quando necessário, informações e condições indispensáveis à adequada execução contratual;





XI – permitir o acesso da CONTRATADA às informações necessárias para cumprimento das obrigações contratuais, respeitados os limites legais;

10.2. A CONTRATANTE não será responsável por:

- I – falhas mecânicas ou operacionais dos veículos;
- II – manutenção preventiva ou corretiva;
- III – substituição de veículos;
- IV – regularização documental dos veículos;

10.3. A utilização inadequada dos veículos por agentes da CONTRATANTE, em desacordo com a legislação de trânsito ou com as orientações contratuais, não exime a CONTRATADA de suas obrigações quanto à manutenção, substituição e garantia de disponibilidade, salvo comprovada culpa exclusiva da Administração.

10.4. A ausência de comunicação formal de irregularidades não implica aceitação tácita de serviços prestados em desconformidade com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela CONTRATANTE.

11.2. Compete ao fiscal:

- I – verificar a disponibilidade e condições dos veículos;
- II – acompanhar a execução dos serviços;
- III – registrar ocorrências e irregularidades;
- IV – determinar a substituição de veículos;
- V – atestar a execução para fins de pagamento;

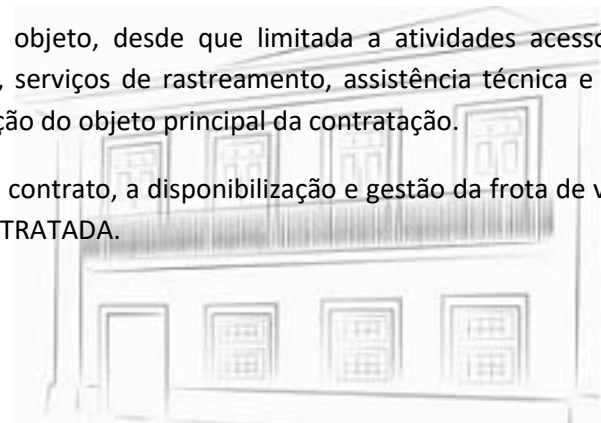
11.3. A fiscalização poderá exigir, a qualquer tempo, relatórios, documentos e informações necessárias à verificação da execução contratual.

11.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que limitada a atividades acessórias ou complementares, tais como manutenção veicular, serviços de rastreamento, assistência técnica e suporte operacional, permanecendo vedada a subcontratação do objeto principal da contratação.

12.2. Considera-se objeto principal, para fins deste contrato, a disponibilização e gestão da frota de veículos, a qual deverá ser executada diretamente pela CONTRATADA.





12.3. A subcontratação não transfere à subcontratada a responsabilidade pela execução do contrato, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a CONTRATANTE por todas as obrigações assumidas, inclusive quanto à qualidade dos serviços, cumprimento de prazos e atendimento das especificações técnicas.

12.4. A subcontratação deverá ser previamente comunicada à CONTRATANTE, com a indicação da empresa subcontratada e da atividade a ser executada, podendo ser recusada pela Administração caso se verifique risco à adequada execução contratual ou ao interesse público.

12.5. É vedada a subcontratação:

- I – do objeto principal do contrato;
- II – de empresas que não atendam às condições de regularidade fiscal e jurídica;
- III – de empresas que se encontrem impedidas de contratar com a Administração Pública;

12.6. A CONTRATADA responderá solidariamente pelos atos praticados por suas subcontratadas, inclusive por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

12.7. A subcontratação não poderá implicar aumento de custos para a CONTRATANTE nem alteração das condições contratuais originalmente pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.2. Poderão ser aplicadas:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar;
- IV – declaração de inidoneidade;

13.3. A multa poderá ser aplicada:

- I – por atraso na execução;
- II – por indisponibilidade de veículos;
- III – por descumprimento contratual;

13.4. A aplicação de penalidades não exclui a obrigação de reparação integral dos danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CONTROLE OPERACIONAL DOS VEÍCULOS





A CONTRATADA deverá manter sistema de controle da frota, incluindo informações atualizadas sobre disponibilidade, manutenção, substituições e rastreamento, devendo disponibilizar tais informações à fiscalização sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido, total ou parcialmente, por ato unilateral da CONTRATANTE, por acordo entre as partes ou por decisão judicial, nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por escrito e de forma devidamente motivada.

15.2. Constituem motivos para rescisão por iniciativa da CONTRATANTE, independentemente de indenização, o descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, a não disponibilização dos veículos nos prazos estabelecidos, a indisponibilidade reiterada da frota, a execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas, a recusa injustificada na substituição de veículos, a paralisação dos serviços sem justificativa, a subcontratação em desacordo com as condições pactuadas, a perda das condições de habilitação e a prática de atos que comprometam a execução contratual ou o interesse público.

15.3. A CONTRATADA poderá solicitar a rescisão do contrato, mediante justificativa formal, nas hipóteses previstas na legislação vigente, especialmente em caso de inadimplemento da CONTRATANTE.

15.4. A rescisão amigável poderá ocorrer por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e seja formalizada por escrito.

15.5. A rescisão contratual será precedida de notificação formal à parte interessada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando aplicável, devendo o ato ser devidamente analisado e motivado pela autoridade competente.

15.6. A rescisão não prejudica a aplicação das penalidades cabíveis, a apuração de responsabilidades nem a obrigação de indenizar eventuais danos causados à Administração.

15.7. Em caso de rescisão, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas necessárias à continuidade do serviço, inclusive mediante convocação de licitante remanescente ou realização de nova contratação.

15.8. Nos casos de rescisão, a CONTRATADA deverá assegurar, pelo prazo necessário à transição contratual, a continuidade mínima dos serviços, não podendo interromper abruptamente a disponibilização dos veículos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

15.9. A CONTRATADA permanecerá responsável por quaisquer danos decorrentes da execução contratual, ainda que verificados após a rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO





16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a divulgação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como em seu sítio eletrônico oficial, em observância aos princípios da publicidade e da transparência administrativa.

16.2. A publicação do extrato do contrato no PNCP é condição indispensável para a eficácia do presente instrumento, devendo ocorrer no prazo legal estabelecido na legislação vigente.

16.3. Eventuais alterações contratuais, termos aditivos, apostilamentos e demais instrumentos correlatos deverão ser igualmente divulgados nos meios oficiais, na forma da legislação aplicável.

16.4. A ausência ou atraso na publicação não afasta a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cabo Frio.

Cabo Frio, ____ de _____ de 2026

CONTRATANTE

CONTRATADA

